15:39 47%

Opinião do GLOBO

Regra do mínimo corrói reforma da Previdência

Como apontou colunista do GLOBO, impacto das economias previstas para dez anos cairá pela metade

Pela nova regra proposta pelo governo e aprovada pelo Congresso no ano passado, o salário mínimo passou a ser corrigido pela inflação do ano anterior somada ao crescimento do PIB de dois anos antes. Em palanques ou no púlpito do Parlamento, defensores da nova lei exaltaram a necessidade de resgatar a dívida social histórica do Brasil. Um olhar mais atento, porém, faz lembrar a máxima atribuída ao Conselheiro Acácio: o problema das consequências é que elas vêm depois. O governo decidiu dar com uma mão, mas acabará tirando com a outra.

Como aposentadorias e benefícios sociais estão atrelados ao salário mínimo, todo aumento repercutirá nas contas do governo. As despesas com o INSS saíram de 2,5% do PIB em 1988 para 8% hoje. Com a nova lei e o envelhecimento da população, não pararão de aumentar. Quanto mais dinheiro for destinado à Previdência e à Assistência Social, menos sobrará para saúde, educação, segurança pública, infraestrutura ou ciência e tecnologia — investimentos capazes de alavancar a economia e beneficiar a renda e o bem-estar dos brasileiros.

Em sua última coluna no GLOBO, o economista Fabio Giambiagi demonstrou em números o tamanho do problema que o governo criou para si mesmo. Somadas as despesas do INSS e do programa assistencial Loas atreladas ao salário mínimo, chega-se a R$ 500 bilhões neste ano. Tomando como premissa que o crescimento médio da economia nos próximos anos será de 2%, o impacto anual na despesa previdenciária e assistencial será equivalente a R$ 10 bilhões. Como o crescimento se dá em progressão geométrica e os valores se acumulam ao longo do tempo, ao final de dez anos os mesmos benefícios terão custado aos cofres públicos R$ 550 bilhões a mais (em valores atuais).

Num país desigual como o Brasil, há quem diga que é o preço a pagar pelo resgate das mazelas sociais. Mas a realidade é mais complexa do que parece. Para brasileiros em situação econômica precária, aumentos no salário mínimo têm pouco reflexo. No Nordeste, onde há forte concentração de pobreza, quatro de dez trabalhadores ganham menos de um mínimo. A nova lei diminui a desigualdade, mas nas camadas intermediárias da pirâmide social. Para atender pobres e miseráveis, a política deveria ser outra, com mais foco.

O Ministério do Planejamento conta com uma secretaria para monitorar e avaliar políticas públicas e temas econômicos. Tanto a criação de postos como a contratação de profissionais preparados para a burocracia estatal têm sido enfatizados. Mas de nada adianta todo o esforço se a nova secretaria não tiver força para realizar análises que contrariem dogmas antigos do PT — ou se o governo fizer pouco-caso das avaliações.

Numa formulação feliz, Giambiagi usou na coluna a expressão "elefante na sala". O tamanho do elefante é tão grande que é fácil imaginar um futuro governo forçado a mudar a lei de correção do mínimo. Ou a promover outra reforma da Previdência para conter o aumento dos benefícios, já que o impacto da regra em vigor corrói metade dos ganhos previstos com a última reforma ao longo de dez anos (estimados por Giambiagi em R$ 1,1 trilhão em valores atuais). A responsabilidade fiscal nunca foi uma abstração teórica. A irresponsabilidade tem efeitos na vida de todos e, por mais acaciano que seja repetir, um dia a conta chegará.

Investigação sobre monitoramento ilegal da Abin deve ser aprofundada

Acusações de que havia 'estrutura paralela' para atender a interesses políticos são extremamente graves

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta semana uma operação para investigar a suspeita de uso político da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante a gestão do delegado Alexandre Ramagem (atual deputado federal pelo PL) no governo Jair Bolsonaro. Ramagem, pré-candidato à Prefeitura do Rio, nega as acusações e diz que há "uma salada de narrativas" para incriminá-lo. Aliados de Bolsonaro têm tratado a operação como ato de perseguição à oposição. Mas as acusações são extremamente graves, estão embasadas em indícios sólidos e precisam ser investigadas até o fim.

De acordo com a PF, a Abin criou uma "estrutura paralela" que funcionava como organização criminosa para monitorar ilegalmente ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares, adversários políticos do governo e até a promotora que chefiava as investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e de seu motorista Anderson Gomes. No ano passado, O GLOBO revelou que, nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, a Abin usara, sem autorização da Justiça, um software capaz de monitorar a localização de até 10 mil celulares em todo o território nacional.

Agora, a PF afirma que o sistema foi empregado para vigiar o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a então deputada federal Joice Hasselmann (ela foi líder do governo na Câmara, mas rompeu com Bolsonaro) e o então governador Camilo Santana (PT), atual ministro da Educação (sobre quem a vigilância envolveu, segundo a PF, até drones). Ainda de acordo com as investigações, agentes da Abin usaram ferramentas e serviços oficiais para intervir em favor de Jair Renan Bolsonaro, filho do ex-presidente, numa ação investigando tráfico de influência que acabou arquivada. A PF encontrou também relatórios para defesa do senador Flávio Bolsonaro no caso das "rachadinhas". Por fim, as investigações identificaram anotações da Abin tentando associar os ministros do Supremo Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes ao Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das maiores facções criminosas do país.

Não é segredo que Bolsonaro usou instituições de Estado para benefício próprio, da família e de amigos. Na célebre reunião ministerial de 22 de abril de 2020, cobrou informações de órgãos oficiais, em especial da PF, para não ser surpreendido pelos fatos. A crise levou à demissão do então ministro da Justiça, Sergio Moro. Ele disse à época que Bolsonaro queria ter na PF uma pessoa de confiança para quem pudesse ligar, colher dados e relatórios. Com a saída de Moro, Bolsonaro nomeou Ramagem como chefe da PF, mas a nomeação foi suspensa pelo Supremo, por ferir princípios constitucionais.

É fundamental levar as investigações adiante para descobrir até que ponto houve uso do Estado em benefício de Bolsonaro, seus aliados e familiares. Também é importante esclarecer se a atual gestão da Abin atuou para dificultar apurações. Sempre há risco de captura de organismos de Estado pelo governo, afastando-os do papel republicano. A sociedade precisa ficar alerta.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
cartas@oglobo.com.br

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

blogs.oglobo.globo.com/sardenberg
sardenberg@cbn.com.br

Para os amigos, tudo

Quando a descoberta dos casos de corrupção estava no auge, derrubando políticos e empresários, tive uma boa conversa com Fernando Henrique Cardoso, já ex-presidente, sobre as relações perversas entre os interesses públicos e privados no Brasil. Um grande empresário, que começava a ser apanhado, havia dito a interlocutores que estava em curso a formação de ampla aliança para acabar com aquela sangria. FH estaria nesse movimento.

De jeito nenhum, disse o ex-presidente quando o procurei para checar a história. Lembro que ficou bem incomodado. Falou com várias pessoas para entender e desmentir a versão do empresário — que, aliás, acabou preso e fez delação.

Para além dos fatos, a questão que colocava para o político e sociólogo FH era a seguinte: como o país havia sido tão tolerante com a corrupção? Pensando bem, o que mais chamava a atenção na Lava-Jato e noutras operações não era propriamente a roubalheira revelada, mas o fato de, finalmente, apanharem os corruptos.

Caramba! Pegaram os caras — essa parecia a surpresa.

FH apontou para certa cultura espalhada pela sociedade: em geral, as pessoas acham que, aparecendo a chance, têm o direito de se aproveitar do Estado. Ou melhor, têm o justo privilégio de obter alguma vantagem. Isso vai desde tirar uma casquinha, como estacionar num lugar proibido ou cavar uma mordomia para o Sambódromo, até roubar a Petrobras ou assaltar o Orçamento da União.

O ex-presidente então me contou algo que aconteceu naquele dia mesmo. Um familiar pediu a ele para usar o carro oficial, com motorista, à disposição do ex-presidente. Para ir ao aeroporto. FH explicou: o veículo era "institucional", para uso oficial de uma autoridade. Ofereceu-se para pagar um táxi. Disse que o familiar reclamou da má vontade.

O antropólogo Roberto DaMatta tem tratado desse tema. Cita Oliveira Viana para acentuar a chave da política nacional: "Temos todas as coragens, menos a de negar o pedido de um amigo".

> ***Culpados, com sentenças em todas as instâncias, não são declarados inocentes. Apenas se arranja uma formalidade, e todo mundo livre***

Adhemar de Barros, que foi governador de São Paulo, sabia bem. Dizia:

— Amigo meu não fica na estrada.

E nomeava todo mundo.

E hoje? Parece que estamos voltando ao normal. O empresário ali do início foi ao Judiciário para anular a delação e cancelar as multas. Está quase conseguindo. As condenações aos corruptos têm sido anuladas. Reparem: os então culpados, com sentenças em todas as instâncias jurídicas, não são declarados inocentes. Apenas se arranja uma formalidade, e todo mundo livre. Os réus ficam satisfeitos. Não lhes ocorre pleitear uma sentença de absolvição. Preferem seguir na linha do "não aconteceu nada".

Os pedaços do bolo continuam na mesa. Nesta semana, o Tesouro Nacional divulgou estudo mostrando que os tribunais brasileiros gastaram 1,6% do PIB em 2021, algo como R$ 160 bilhões. São os mais caros entre 53 países analisados. Do total, nada menos que 80% (perto de R$ 130 bilhões) correspondem a remuneração de juízes e servidores. E onde estão os melhores salários? No Judiciário — onde os próprios interessados inventaram truques para ultrapassar o teto salarial de R$ 41 mil por mês, que já não é pouca coisa.

Segundo dados do IBGE, a renda média real do trabalhador brasileiro chegou a R$ 3.034 no final do ano passado. Em alta. Mas ganhar 13 vezes mais que a média nacional não parece suficiente. São frequentes as remunerações que ultrapassam de longe os R$ 41 mil, tudo no rigor da lei, interpretada pelos próprios juízes. Se os juízes consideram normal que eles próprios fixem seus salários, e fazem isso generosamente, onde reclamar? É como se um juiz atendesse ao pedido do outro, seu amigo.

A gente até entende que as pessoas achem melhor buscar suas próprias vantagens. Se os de cima podem, por que não os de baixo? Como dizia Stanislaw Ponte Preta, nos anos 1960: "Restaure-se a moralidade ou locupletemo-nos todos".

O problema é que não tem para todo mundo. Se você não tem amigos no governo, cai no rigor da lei. É por isso que se vê essa onda de nomeações quando um partido ou um grupo chegam ao poder. Melhor aproveitar. O que queriam, que nomeassem os inimigos?

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: João Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Alves, André Visser da, Fábio Bartolosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cordeiro - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwalski - leila.suwalski@oglobo.com.br
Saúde: Ariborna Dias Lopes - ariborna.dias@oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Dantas - marcelo.dantas@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - andre.sarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Caroline Giulari - ggd@oglobo.com.br
Arte e Qual Região: William Pinheiro Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Batista - batista@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.G: Mariana Caruso - mariana@oglobo.com.br
Bairros: Walter Carmona Filho - mailicio@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Renato Andrade - renato.andrade@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito
ou débito automático em conta-corrente
(preço de seguinte ao mês vigente)
para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais gs: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em capitais por cobrança de muito numerosa de assinaturas. Recomendamos qualquer contato a respeito desses temas. Para ler O GLOBO em seu jornal de cada, acesse para venda@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5201

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e Kinders: (21) 2534-4313
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC
Leia mais e fale grátis
Carbon Free